UMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA DAS DESIGUALDADES DE RENDA NA CHINA CONTEMPORÂNEA

Carlos Aguiar de Medeiros*
Isabela Nogueira de Morais**

Este artigo tem por objetivo analisar as transformações no perfil distributivo da China pós-reformas. O quadro social, caracterizado pela rápida redução da pobreza e pelo sério aumento das desigualdades (de renda e de acesso a bens públicos), será observado tendo por base elementos da estrutura econômica que a literatura estruturalista identifica como centrais na determinação da distribuição pessoal e funcional da renda. O artigo analisa, assim, o processo de desenvolvimento rural chinês (incluindo termos de troca e preços agrícolas), o perfil e a evolução da heterogeneidade setorial, as radicais transformações no funcionamento do mercado de trabalho urbano e as políticas migratórias.

Palavras-chave: desigualdade; distribuição de renda; pobreza; China; economia estruturalista.

A STRUCTURALIST APPROACH ON INCOME INEQUALITY IN CONTEMPORARY CHINA[i]

This article aims at analyzing the transformations in Chinese distributive profile after the reforms. China's social dimension, characterized by a rapid reduction of poverty and by a massive increase of inequalities (of income and those related to access to public goods), is observed in light of some elements of economic structure that the structuralist literature identifies as salient in determining personal and functional income distribution. Accordingly, this article deals with the development process of rural China (including terms of trade and agriculture prices), profile and evolution of sectoral heterogeneity, the radical transformations of urban labour market and migratory policies.

Keywords: inequality; income distribution; poverty; China; structuralist economics.

JEL: E25; B50

Rev. Tempo do Mundo, 3 (3): 99-121 [2011].

1 INTRODUÇÃO

Os últimos 30 anos de reformas estruturais produziram um quadro social dicotômico na China: o mesmo país que reduziu a pobreza com rapidez e dimensões históricas,[1]

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi pesquisadora visitante na Tsinghua University, na República Popular da China, em 2009-2010.

1. Possivelmente, nunca antes na história mundial, a pobreza, sob uma medida de renda, havia sido reduzida em tais proporções em um espaço tão curto de tempo. Se a medida de US$ 1 *per capita* por dia em paridade de poder de compra (PPP) for utilizada como referência, 400 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza na China em 20 anos (entre 1981 e 2001). Em uma escala mundial, e em idêntico período, também 400 milhões de pessoas ultrapassaram a mesma marca. Excluída a China, a redução da pobreza nos países em desenvolvimento – celebrada pelo Banco Mundial –, neste período, não teria existido. Ao contrário, sem a China, o número de pobres no mundo aumentou nestas duas décadas (de 850 milhões para 880 milhões entre 1981 e 2001). Na China, o número de 633,7 milhões de pessoas em 1981 diminuiu para 211,6 milhões em 2001, segundo a medida de US$ 1 por dia em PPP (Ravallion e Chen, 2006). Relevante para este artigo é destacar que *metade* da redução da pobreza registrada pelo Banco Mundial aconteceu logo nos primeiros anos da década de 1980, entre 1981 e 1984, período da reforma rural e do *boom* da produção agrícola.

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

também produziu um dos níveis de desigualdades mais altos do mundo em desenvolvimento. Não por acaso, são numerosos os estudos recentes sobre o processo de concentração de renda na China: o país abandonou um perfil distributivo equivalente aos países mais igualitários da Europa Central e aproximou-se, rapidamente, do padrão latino-americano, tanto do ponto de vista de distribuição da renda quanto do acesso a bens públicos.

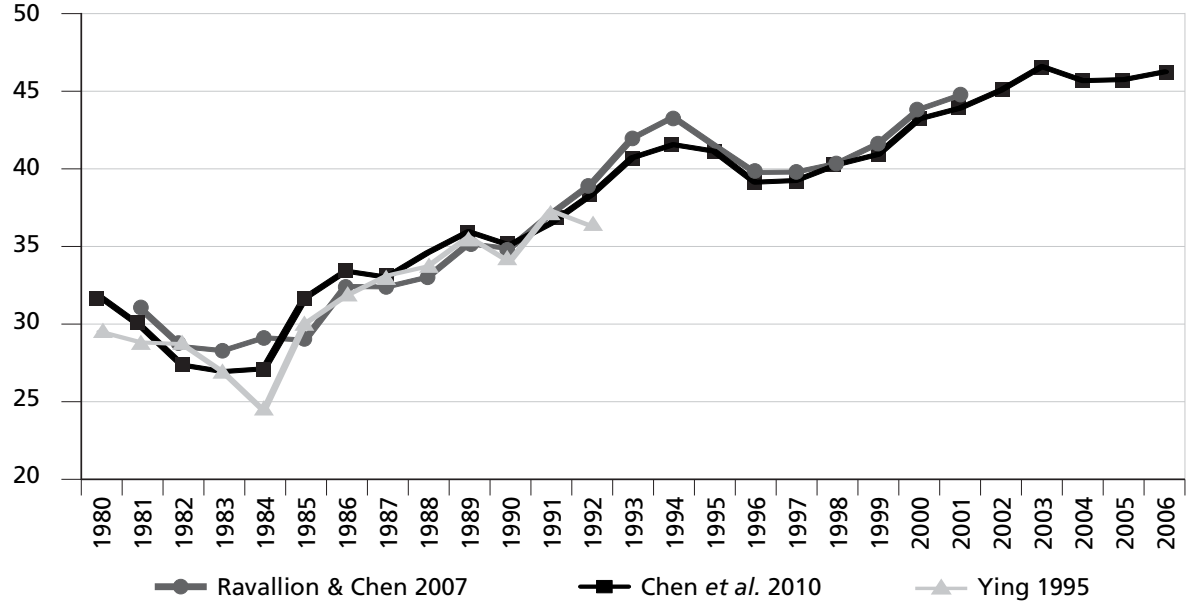
Neste artigo pretende-se enfocar alguns elementos da estrutura econômica chinesa e suas relações com a piora distributiva nos últimos 30 anos. Ao contrário das abordagens que percebem esta piora distributiva chinesa como resultado "natural" do estágio de desenvolvimento do país, ou de atributos e qualidades individuais, considera-se aqui a distribuição da renda como resultado da estrutura econômica das condições macroeconômicas e das instituições políticas, sociais e econômicas associadas. Este breve ensaio limita-se a observar a evolução de duas estruturas que, segundo esta abordagem, têm impacto fundamental na distribuição: a dimensão da heterogeneidade estrutural da economia chinesa (seção 3) e a evolução do mercado de trabalho urbano (seção 4). Antes, discute-se brevemente algumas abordagens convencionais sobre a distribuição da renda na China e a perspectiva dos autores, ressaltando a relevância do entendimento do processo de concentração a partir das mudanças no mercado de trabalho e da ampliação da heterogeneidade setorial (seção 2). Na última seção apresentam-se algumas considerações finais (seção 5).

2 DETERMINANTES ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No início das reformas, em 1980, o coeficiente de Gini chinês para a renda pessoal nacional estava em 0,29, igual ao da Alemanha ou da Áustria em 2000. Em 2008, chegou a 0,47, o que seria equivalente ao México no mesmo ano, sendo um dos mais desiguais da Ásia.[2] Como se observa no gráfico 1, desde 1984, houve uma persistente evolução do índice de Gini. Do mesmo modo, sobretudo nos anos 1990, a parcela dos salários na renda nacional caiu persistentemente (gráfico 2).

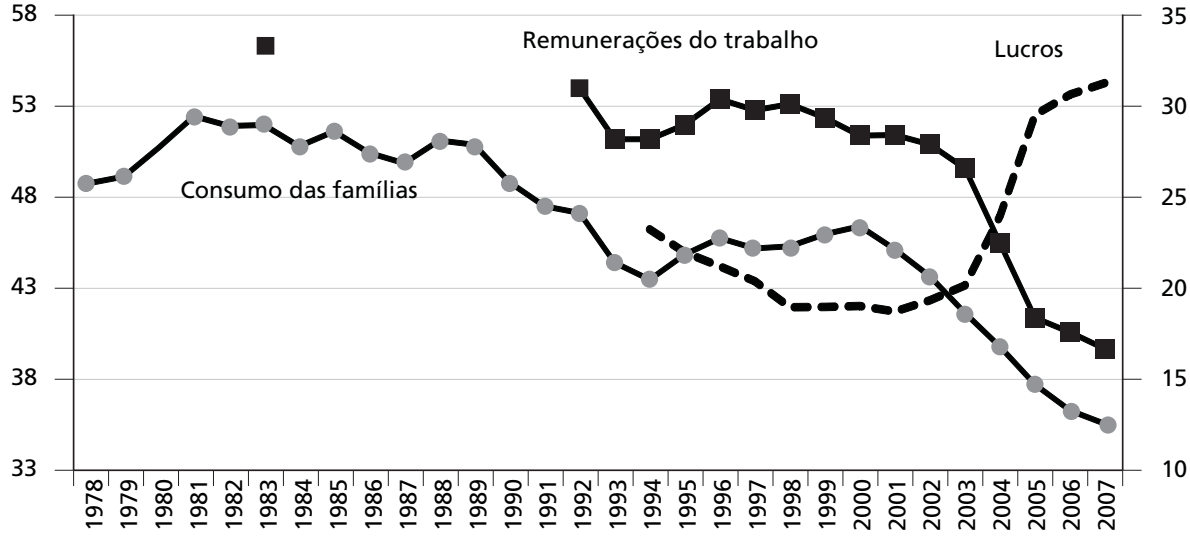
2. O Gini mexicano estava em 0,48 em 2008. Para todos os países exceto para a China, dados do International Human Development Indicators do United Nations Development Program (UNDP), disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/67106.html>.

GRÁFICO 1
Desigualdade de renda pessoal nacional: evolução do índice de Gini nacional segundo diferentes fontes



Fonte: Ravallion e Chen (2007), Chen *et al*. (2010) e o banco de dados mundial de desigualdade de renda (World Income Inequality Database – WIID) da Wider-UNU, disponível em: <http://www.wider.unu.edu/research/Database/en_GB/database/>. Acesso em: janeiro de 2011.

GRÁFICO 2
Distribuição funcional da renda
(Em % do PIB)



Fonte: China (vários anos).
Obs.: 1. Consumo das famílias (eixo esquerdo).
2. Remuneração total do trabalho[1] (eixo esquerdo).
3. Lucros operacionais líquidos (eixo direito).
Nota: [1] Inclui rural e urbano, salários do setor formal e remunerações do setor informal. Dado de 1983 divulgado pela All-China Federal Trade Union (ACFTU) e dados de 1992 e 1993 divulgados pelo World Development Indicators Database, do Banco Mundial, disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>. Acesso em: janeiro de 2011. Os demais anos são cálculos dos autores.

As análises predominantes sobre distribuição de renda, inclusive a maioria da literatura sobre o caso chinês,[3] limitam-se à distribuição pessoal ou à repartição da renda por pessoas (ou famílias) integrantes de diferentes estratos sociais. Os estudos de matriz neoclássica que se dedicam à distribuição pessoal entendem que o perfil distributivo é resultado da produtividade dos ativos dos *indivíduos* e sublinham que uma elevada concentração nos diferentes países deve-se às imperfeições na alocação destes ativos entre a população – em especial a educação –, das quais derivam, por exemplo, as teorias sobre a importância do "capital humano" para a melhora distributiva (MEDEIROS, 2004).

De acordo com essa abordagem, em uma economia em intensa expansão como a da China, o crescimento da desigualdade deve-se essencialmente ao elevado retorno pago ao trabalho qualificado, em contraste com a remuneração paga ao abundante trabalho não qualificado. Ainda que esta polarização deva-se às imperfeições na estrutura de oferta, ela pode ser considerada, ao menos parcialmente, um resultado "natural" do desempenho econômico acelerado do período, e até mesmo como um subproduto desejável.[4] Com efeito, diversos estudos[5] fazem um uso mecânico da hipótese de uma curva em "u" invertida, derivada de Kuznets, e descrevem uma situação de aumento das desigualdades, em uma primeira fase do processo de crescimento, que – em função de um ordenamento mais eficiente das estruturas de mercado e da melhora na qualificação da força de trabalho – tenderia à redução à medida que a renda *per capita* dos países fosse aumentando. Tal instrumentalização da curva de Kuznets sugere que, durante o processo de desenvolvimento econômico, a desigualdade é um subproduto "natural" das fases iniciais e que esta irá, "naturalmente", estabilizar-se para, finalmente, começar a cair nos estágios mais avançados de desenvolvimento. Esta visão está associada às recomendações contra

3. É o caso de: Riskin, Zhao e Li (2001), que sumarizam os principais resultados da ampla força-tarefa do China Household Income Project (CHIP Project) sobre desigualdades na China; Wan (2008), que resume os resultados de três anos de pesquisa do grupo sobre desigualdades e pobreza na China da World Institute for Development Economics Research (Wider) da United Nations University (UNU); Chen e Zhou (2005), que apresentam os resultados do grupo de pesquisa sobre desigualdades da Nankai University; e Khan e Riskin (2001). Todos são estudos sobre a distribuição pessoal da renda na China. Os mais de 40 artigos produzidos pelo grupo de pesquisa da Wider entre 2004 e 2006 estão disponíveis em: <http://www.wider.unu.edu/research/projects-by-theme/poverty-inequality/en_GB/inequality-and-poverty/>.

4. Para Keidel, por exemplo, as desigualdades em alta devem ser consideradas um *sucesso* recente do desenvolvimento do país, o qual passou a "premiar com rendas mais altas aqueles indivíduos que conseguem uma educação melhor, que trabalham mais duro, que tomam riscos empresariais, que voluntariamente mudam de trabalho ou localização para capitalizar oportunidades mais produtivas e que pagam melhor" (Keidel, 2008, p. 9).

5. É o caso de Wang (2006), Chen e Zhou (2005) e Lu (2002).

políticas amplas de intervenção para a redução das desigualdades, alertando para os riscos de tais políticas atrapalharem o crescimento e recomendando ações focalizadas em direção aos grupos em piores posições.[6]

Nas análises aplicadas sobre a distribuição de renda, há em geral pouca ênfase e referências à evolução da distribuição funcional da renda, objeto central de investigação da economia política clássica. Esta evidencia a disputa pelo excedente entre trabalho e capital e mostra as proporções em que se apresentam os rendimentos que correspondem ao trabalho e à propriedade do capital na renda nacional. Nesta abordagem, a unidade de análise não é o indivíduo e os seus ativos, mas sim as condições estruturais e sociopolíticas que surgem no processo de acumulação em função da concorrência intercapitalista e do conflito distributivo entre as classes sociais (SERRANO e MEDEIROS, 2004). Embora as questões a serem examinadas neste texto – heterogeneidade da estrutura produtiva e do emprego – não tratem diretamente da distribuição funcional, elas possuem grande influência sobre esta por meio de seus impactos sobre a taxa de salário urbana.

Nos estudos que partem dessa perspectiva e com ampla influência sobre a industrialização chinesa destaca-se a análise pioneira de Lewis (1954; 1977; 1979). Em países com excedente "ilimitado" de mão de obra, o preço mínimo do trabalho nos setores capitalistas modernos é determinado pela remuneração conseguida *fora*, no setor tradicional (no caso chinês, notadamente a agricultura de subsistência). A dualidade que caracteriza as economias em desenvolvimento é resumida, em Lewis, na divisão entre um setor capitalista e um setor tradicional, sendo que neste último a oferta muito grande de trabalho, se comparada ao capital e aos recursos naturais, faz que a produtividade marginal do trabalho seja muito baixa. A existência do setor tradicional permite que o setor moderno, ao se expandir, obtenha mão de obra necessária a salários constantes.[7] Os aumentos da produtividade dos alimentos e da renda dos trabalhadores no campo são, em resumo, a base para o salário urbano e, consequentemente, para a determinação da parcela salarial.

---

6. Segue-se aqui o que é dito em Galbraith (2010), para quem a mensagem mais duradoura da obra de Kuznets não é a aplicação sempre de uma mesma curva, mas sim que a essência das desigualdades repousa, no longo prazo, nas diferenças intersetoriais decorrentes da mudança estrutural – que em si constitui o processo de crescimento econômico. A mudança estrutural também, em si, não é a mesma em diferentes países. O resultado distributivo de países que estão fazendo sua mudança estrutural partindo da agricultura de *plantation*, ou de pequenas propriedades livres, ou ainda de uma revolução socialista, será distinto. Também será distinto dependendo do suporte estatal para o desenvolvimento rural. No curto prazo, argumenta Galbraith, um *boom* na produção agrária tende a reduzir as desigualdades em países com um importante setor agrícola simplesmente porque aumenta a renda relativa dos camponeses. No longo prazo, o que importa é como o processo de mudança estrutural é levado a cabo. No caso chinês, com sua imensa população agrária – cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 70% do emprego vinham do setor primário no início das reformas –, os níveis extraordinários de expansão da produtividade na indústria e de urbanização tinham grande potencial de gerar ampliação das desigualdades por várias décadas se nada fosse feito para amenizar o *gap* urbano-rural.

7. O fato de o nível do salário no setor capitalista depender dos ganhos no setor de subsistência, dirá Lewis, é de fundamental importância política, dado que os capitalistas teriam interesse em manter baixa a produtividade dos trabalhadores nos setores de subsistência e garantir uma elevada taxa de acumulação de capital.

Os salários na China guardam uma particular relação com as remunerações na agricultura de subsistência, se, em especial, considerarem-se as particularidades do trabalhador migrante rural-urbano chinês, em sua maioria temporário até a década de 1990, e até hoje muito próximo da sua terra de origem. É este trabalhador, que advém de famílias rurais (ou era ele próprio um trabalhador agrícola), que preenche as ocupações do núcleo capitalista ou informal que pior remunera nas cidades. É razoável admitir que estes deslocamentos demográficos, em larga escala, associados ao baixo nível de renda no universo rural, deprimem o poder de barganha nas cidades. Da mesma forma, custos mais baixos na produção de alimentos permitem salários nominais mais baixos nas cidades. Como será criticado mais à frente, diversos estudos consideram, de forma bastante mecânica, o processo examinado por Lewis, sugerindo que a recente evolução dos salários na China estaria associada a um *turning point* para uma economia industrializada.

A tentativa de integrar a distribuição funcional com uma perspectiva heterodoxa da distribuição pessoal foi feita por Lopez (2005), que organizou um arcabouço conceitual para a análise da distribuição pessoal da renda em países semi-industrializados. Genericamente, o modelo de Lopez define que a distribuição de renda é influenciada por quatro fatores: *i)* a fatia relativa do emprego formal no emprego total; *ii)* a taxa do desemprego urbano; *iii)* a parcela salarial; e *iv)* o preço relativo da agricultura. O aumento do emprego formal e a redução da taxa de desemprego urbano têm um claro e inequívoco efeito distributivo. A elevação da parcela dos salários na renda também possui esta direção, mas seu efeito é menos evidente devido ao impacto sobre os preços. As mudanças nos preços relativos da agricultura também têm uma implicação importante na distribuição, mas o efeito pode ser ambíguo devido à elevada parcela de alimentos na cesta de consumo das famílias rurais de baixa renda. Neste sentido, o aumento da produtividade na produção de alimentos e o seu efeito sobre a renda dos agricultores possuem importância significativa levando em conta seu impacto sobre o grau de heterogeneidade setorial e a distribuição da renda.[8]

A distância de renda e serviços públicos entre o universo urbano e rural é reconhecida pelas autoridades chinesas como o principal elemento por trás do crescente aumento das desigualdades nacionais. Do ponto de vista dos preços, como a maior parte dos pequenos agricultores – que são maioria nos primeiros decis da distribuição – trabalha parte do ano em atividades não agrícolas, os

8. Está aqui implícito o princípio de Aníbal Pinto (2000), no qual se define as dispersões de renda como as diferenças de produtividade, ou a heterogeneidade estrutural (por setor, por classes e por regiões). Para efeito analítico, Aníbal Pinto decompôs a estrutura produtiva em três grandes camadas multissetoriais: uma camada primitiva, cujos níveis de produtividade e renda *per capita* seriam muito baixos; no extremo oposto, um polo moderno, com níveis de produtividade semelhantes às médias dos países desenvolvidos; e uma intermediária, que corresponderia à média do sistema nacional. Na China, como não há um setor agrícola moderno e de exportação, o recorte setorial é possível. Observar-se-á especialmente a heterogeneidade setorial, ou os desníveis de produtividade (ou a "descontinuidade" de Aníbal Pinto) entre os setores primário e secundário, na seção 3.

aumentos de preços agrícolas têm, em tese, efeitos ambíguos na distribuição, dado que os beneficia como vendedores, mas os prejudica como consumidores. Tal efeito foi muito positivo até meados dos anos 1990, quando os aumentos nos preços pagos pelo Estado na compra dos bens agrícolas produzidos internamente foram acompanhados de subsídios para manter os preços dos alimentos estáveis nas lojas, conforme será detalhado na seção 3. O ponto crucial para Lopez, e também para a China de hoje, que já não mais subsidia a agricultura de maneira substantiva, está no nível da produtividade agrícola, que condiciona a renda *per capita* dos produtores rurais. Como será visto na seção 3, apesar da estrutura fundiária pulverizada e ao contrário da experiência de outros asiáticos de industrialização tardia, notadamente Coreia do Sul e Taiwan,[9] a experiência chinesa está relacionada ao apoio público errático para o desenvolvimento rural. São ciclos com forte influência sobre a renda rural e, por isto, sobre a distribuição nacional.

A segunda dimensão fundamental a afetar a distribuição da renda – e que será abordada aqui – é a estrutura e a segmentação do emprego. Em teoria, o baixo nível de capital por trabalhador, que se traduz pela elevada fatia da força de trabalho fora do setor formal, no qual a produtividade e a renda são mais altas que a média, tende a afetar negativamente a distribuição salarial.

O caso chinês pós-1978 é, evidentemente, particular em função da sua posição clássica de oferta "ilimitada" de mão de obra (e também da sua particular curva populacional, por conta do aumento populacional durante o maoísmo *versus* o controle de natalidade pós-Deng) e do ritmo acelerado de urbanização e transferência de mão de obra da agricultura para a indústria e serviços. De qualquer forma, a segmentação genérica de rendimentos identificada pelos autores latino-americanos que aqui se mencionou, com remunerações do trabalho hierarquizadas entre trabalhadores agrícolas no piso, trabalhadores urbanos informais em um patamar um pouco superior e trabalhadores urbanos formais no patamar seguinte, é rigorosamente válida para a China hoje. A diferença crucial, entretanto, é que o crescente grau de informalidade após meados dos anos 1990 veio de um legado de economia planificada, para o qual as categorias de desemprego ou de trabalhador informal eram numericamente irrelevantes (e nem sequer a instituição "mercado de trabalho" existia). E a segmentação fundamental no mercado de trabalho urbano hoje acontece entre trabalhadores migrantes sem registro e trabalhadores residentes, regulada por uma das instituições mais fundamentais para o mercado de trabalho urbano chinês, o *hukou*, ou o registro de moradia do cidadão. Esta transformação será discutida na seção 4.

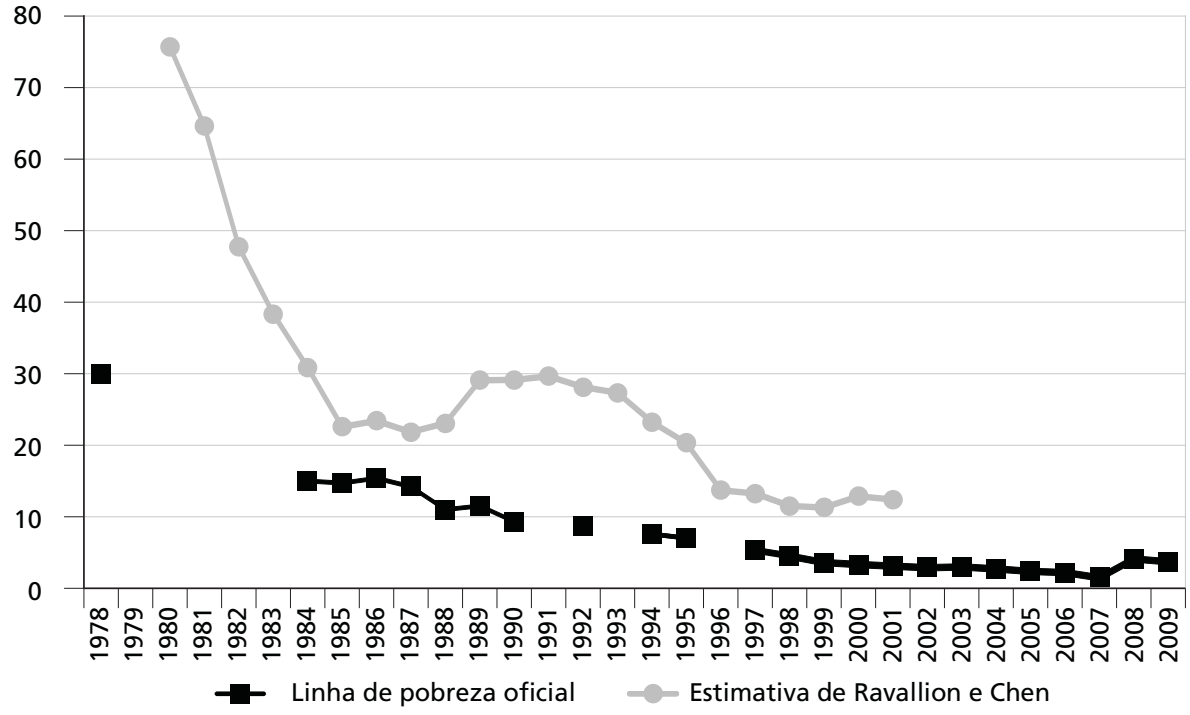
9. Ver Ranis e Orrock (1985).

3 DESENVOLVIMENTO RURAL E HETEROGENEIDADE SETORIAL

Considerando-se as reformas iniciadas em 1978, pode-se observar que até 1984 muito pouco de relevante aconteceu na costa ou nas grandes cidades chinesas, e o processo reformista concentrou-se na solução dos problemas do campo, rompendo com a estagnação da produção *per capita* que acompanhou o maoísmo e reduzindo a distância urbano-rural que também era uma característica das décadas anteriores. O resultado foi uma melhora nos níveis de igualdade de renda em um país já razoavelmente igualitário, com o coeficiente de Gini nacional caindo de 0,295 em 1980 para 0,244 em 1984 (gráfico 1).

Associado à melhora distributiva está o acontecimento histórico mais relevante dos anos iniciais das reformas: a radical redução da pobreza, especialmente da pobreza rural. Possivelmente, nunca antes na história mundial, a pobreza, sob uma medida exclusiva de renda, foi reduzida em tais proporções em um espaço tão curto de tempo. Utilizando a medida oficial para as zonas rurais, considerada baixa por observadores chineses e ocidentais, foram 125 milhões de pessoas retiradas da pobreza entre 1978 e 1985. Empregando a medida desenvolvida por Ravallion e Chen em conjunto com o Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS), têm-se 419 milhões de pessoas que ultrapassaram a linha da pobreza em meia década, entre 1980 e 1985, passando de 75,7% para 22,67% da população rural (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Incidência de pobreza rural segundo diferentes fontes
(Em %)



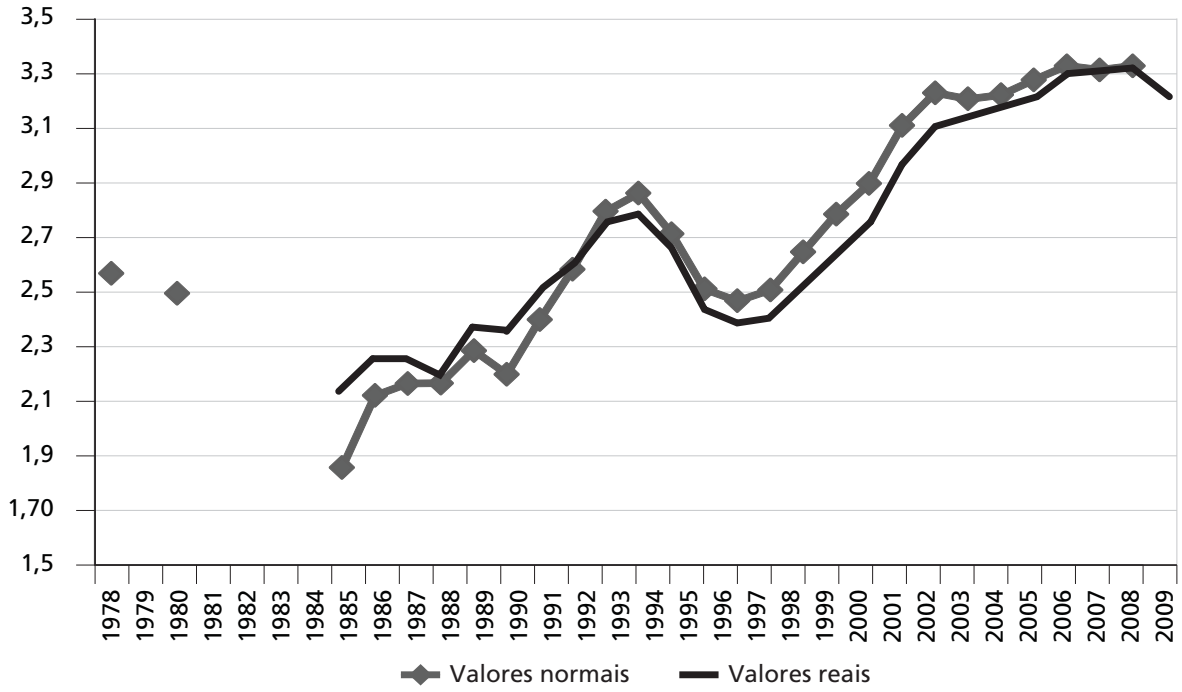
Fonte: China (vários anos), Naughton (2007), Ravallion e Chen (2007).
Obs.: Em função de uma importante mudança metodológica, os dados a partir de 2008 não são diretamente comparáveis aos dos anos anteriores.

O processo de redução da pobreza teve um comportamento bem mais errático a partir do final dos anos 1980. A redução no número de pobres sofreu um revés no final dos anos 1980 e início dos 1990, voltando a melhorar em meados dos anos 1990 (entre 1994 e 1996, quando os preços dos bens agrícolas dobraram), e parou novamente no final da mesma década (RAVALLION e CHEN, 2006; XIA, 2009). Observando-se comparativamente os dados de distribuição de renda, percebe-se que pobreza e desigualdade de renda caminham relativamente juntas na China. A desigualdade de renda entre zonas urbanas e rurais caiu no início das reformas e em meados da década de 1990, assim como a pobreza. Esta desigualdade intensifica-se entre 1986 e 1994 e no final da década de 1990. Dado que parte expressiva da pobreza absoluta chinesa está nas zonas rurais e que o *gap* em relação às zonas urbanas é a fonte principal de desigualdade nacional, não é de estranhar que pobreza e desigualdade de renda estejam sobrepostas na história reformista chinesa.

O argumento utilizado aqui pelos autores é de que há uma forte relação entre o desenvolvimento rural chinês e a redução da pobreza e do *gap* urbano-rural, evidenciados na primeira metade da década de 1980 pelo aumento da produtividade agrícola e pela elevação expressiva da renda do camponês.[10] O aumento da produtividade agrícola e o incremento da renda rural em ritmo superior ao da urbana no início das reformas reduziram o *gap* e trouxeram impacto positivo para o nível de igualdade nacional de renda. Entre 1978 e 1985, a disparidade de renda entre zonas urbanas e rurais caiu de 2,6 vezes para 1,9 vez, a queda mais pronunciada de todo o período pós-reformas. Apesar de a disparidade de renda iniciar uma trajetória de alta a partir de 1985, o *gap* só voltaria ao nível de 1978 em 1992, quando chegará, outra vez, a 2,6 vezes. Uma nova diminuição no fosso de renda urbano-rural se repetirá entre 1995 e 1997, quando os termos de troca voltam a favorecer os bens agrícolas, política que não se sustentará nos anos seguintes e dará vida curta à redução do *gap* (gráfico 4).

10. Como argumenta Lopez (2005), uma elevação dos salários rurais e da renda do pequeno produtor contribui para uma melhor distribuição não apenas porque a maioria dos pobres vive da atividade rural, mas porque este aumento não se traduz automaticamente em elevação dos preços e induz o aumento de emprego nas indústrias rurais.

GRÁFICO 4
***Gap* urbano/rural: relação da renda urbana/rural em termos nominais e reais (preços corrigidos pelo índice de preço ao consumidor – IPC – correspondente)**



Fonte: China (vários anos).

Estes incrementos de produtividade e de renda tornaram-se possíveis graças a três mudanças institucionais na vida rural no início dos anos 1980: *i)* o novo formato familiar do uso da terra, que será o principal elemento de seguridade social nas décadas de 1980 e 1990 para os chineses com registro rural, e impedirá o surgimento de uma classe de pobres sem terras; *ii)* a industrialização rural, com forte efeito sobre a aceleração no ritmo de incremento da renda no campo; e *iii)* os termos de troca favoráveis à agricultura, com efeito instantâneo sobre a renda dos estratos mais inferiores da pirâmide social rural e, portanto, essencial para a redução da pobreza e da distância urbano-rural. São estas as reformas iniciais mais fundamentais do processo de modernização chinês e com impacto radical sobre o bem-estar da maioria da população. O atraso no desenvolvimento rural nas décadas seguintes, especialmente quando se comparam a evolução da produtividade agrícola com a da industrial e os níveis de investimentos setoriais, será um dos elementos fundamentais para explicar a rápida piora na distribuição de renda que se segue e o ritmo errático de redução da pobreza nas décadas seguintes.

No que se refere ao primeiro pilar, a reforma da terra, a estrutura produtiva chinesa tornou-se fragmentada em pequeníssimos lotes de, em média, 0,7 hectare por família. E a propriedade da terra nas zonas rurais continua sendo

do Estado ou coletiva (em ambos os casos, pública), estando sua alocação entre as famílias sob a responsabilidade dos governos locais.[11]

Do ponto de vista das atividades não agrícolas, a revolução rural chinesa pós-reformas deu-se mediante as *town-village enterprises* (TVEs), o motor da industrialização nas zonas rurais. Elas tiveram crescimento espetacular entre 1978 e 1996, período da "era de ouro" das TVEs, quando contribuíram para elevar a renda rural e absorveram trabalhadores vindos da agricultura.[12] Em face de preços estagnados na agricultura a partir de meados da década de 1980, o crescimento deste setor rural não agrícola será um dos elementos fundamentais para o crescimento da renda rural.[13] A industrialização rural via TVEs foi crucial na expansão da oferta de emprego rural não agrícola e no incremento da renda rural, mas seu efeito na redução da pobreza não é tão radical quanto aquele conseguido pela agricultura.

Dos três pilares fundamentais da reforma rural, o que se quer ressaltar aqui é o terceiro, sobre os termos de troca agricultura-indústria, que aponta para algo geralmente menosprezado pela literatura econômica sobre a China: os aumentos nos preços pagos ao agricultor têm forte capacidade de reduzir a pobreza e as desigualdades nacionais.

3.1 Termos de troca e a regulação sobre preços agrícolas

O Estado chinês levou adiante, logo nos primeiros anos das reformas, uma política audaciosa de subsídios e preços e de garantia de compra de todo excedente agrícola.

---

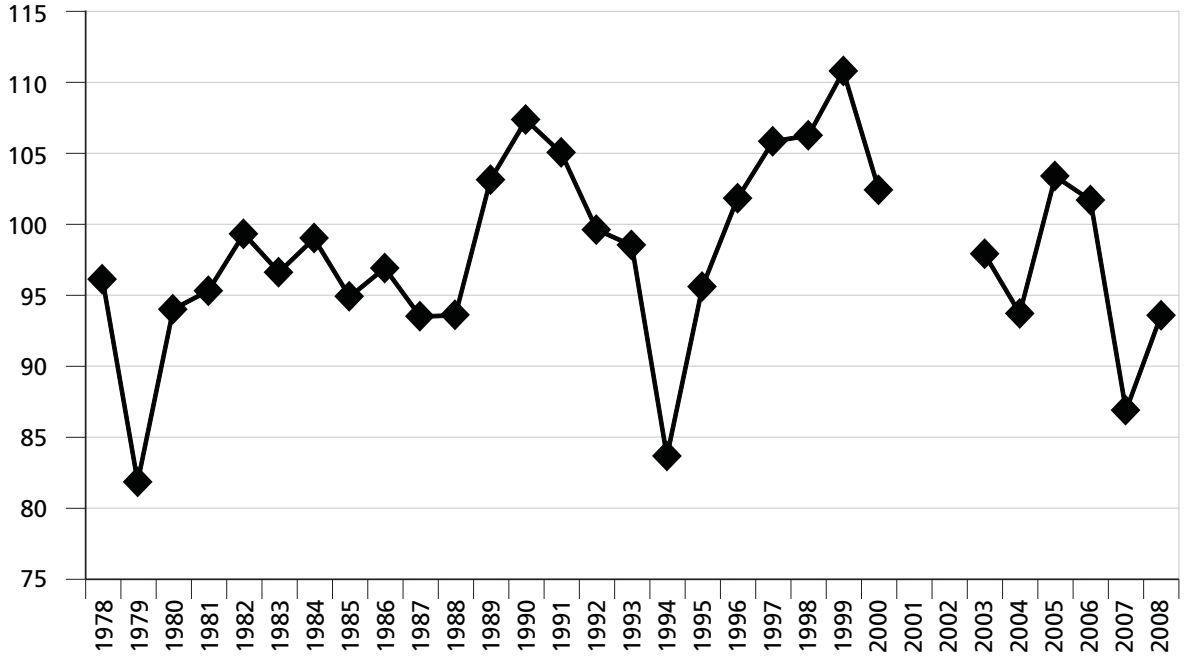
11. A relevância da introdução do sistema de responsabilidade familiar está tanto no seu impacto sobre o aumento da produção agrícola quanto no seu efeito para a seguridade social. O regime da terra será o principal elemento de proteção social em um país em fase de desmonte da antiga rede de seguridade comunal. Em caso de ausência de outras formas de renda e de proteção, a família tem a possibilidade de extrair, ao menos a subsistência (ou parte dela), da terra sob sua responsabilidade. A terra garantida a todas as famílias rurais também será o principal componente a distinguir o caso chinês de outros países em desenvolvimento: a inexistência, na China, de uma classe de miseráveis ou muito pobres sem renda e sem terra.

12. O valor adicionado das *town-village enterprises* (TVEs), que respondiam por 6% do produto interno bruto (PIB) em 1978, cresceu para 26% do PIB em 1996, um fato especialmente importante dado o ritmo intenso de crescimento total do PIB neste período (Naughton, 2007, p. 275). O emprego gerado por estas empresas cresceu de 28 milhões em 1978 para o pico de 135 milhões em 1996 – crescimento anual de 9%. Com isto, a fatia das atividades não agrícolas na renda rural *per capita* subiu de 7,6% para 24,6% entre 1978 e 1985 (Morais, 2011, p. 90-91).

13. O que explica a rápida disseminação das TVEs pelo interior da China tanto em número de empregos gerados quanto em termos de valor adicionado? A primeira constatação é que a oferta de crédito para as empresas rurais nos anos 1980 foi abundante, e praticamente todo o capital necessário para seu desenvolvimento era levantado localmente (Huang, 2008). Em segundo lugar, as TVEs tinham à sua disposição um mercado de bens de consumo em franca expansão em função do aumento da renda rural, protegido de concorrência externa. As TVEs concentraram-se em segmentos da indústria com baixa intensidade de capital e ampla utilização de mão de obra, especialmente móveis, têxteis, processamento de alimentos, ferramentas, insumos para a construção civil e máquinas simples, e abasteciam principalmente o mercado local. O terceiro pilar do sucesso das TVEs, defendido especialmente pela literatura institucionalista, refere-se ao esquema de incentivos baseado no arranjo fiscal entre governo central e local, o que está também vinculado ao regime de propriedade coletivo das TVEs, ou com sua profunda indefinição quanto aos direitos de propriedade, dado que mesmo aquelas registradas como privadas estavam sob permanente interferência dos governos locais, levando Naughton a admitir que se tratava de um "espetáculo incomum de empresas públicas crescendo rapidamente e oferecendo um desafio competitivo" (Naughton, 2007, p. 271). Em resumo, com a descoletivização da agricultura, o orçamento local passou a depender pesadamente da indústria rural como fonte de receita orçamentária e extraorçamentária, o que teria transformado o governo local em um grande agente promotor das TVEs (Oi, 1999).

Em 1979, os preços pagos pelo Estado aos grãos vendidos dentro da cota obrigatória subiram 20%, ao passo que o prêmio pago pelo que excedesse a cota ficou estabelecido em 50%. Os preços pagos pelo algodão, óleos, açúcar e quase todos os bens agrícolas também tiveram altas expressivas, e, em média, o incremento de preços foi de 22% em 1979. Estas altas fizeram que o índice de paridade de preços entre bens industriais e bens agrícolas registrasse o menor patamar pós-reformas em 1979, somente comparável a 1994, quando os preços agrícolas sofrem nova alta (gráfico 5). Entre 1978 e 1983, os preços para a aquisição de produtos agrícolas subiram 48%, contra um índice de preços no varejo de 17%, o que implicou um importante incremento na renda real rural. No período, a renda urbana real cresceu 43%, contra 98% na zona rural (RISKIN, 1987, p. 293).

GRÁFICO 5
Índice de paridade de preços e bens industriais *versus* bens agrícolas



Fonte: China (vários anos).
Obs.: No ano anterior, a razão entre o índice rural de preço no varejo de bens industriais e o índice de preços para a compra de bens agrícolas era 100.

A nova política de preços agrícolas também garantiu (até 1985) que todo o excedente (a produção que extrapolasse o consumo próprio e a cota) seria comprado nos mercados rurais locais. Em caso de não haver comprador privado interessado no excedente do camponês a um preço vantajoso, o próprio Estado adquiriria a produção agrícola e garantiria o prêmio de 50% sobre os preços dentro da cota. Com isto, os incentivos para quem produzisse acima da cota eram extraordinários: além de comprador certo, os preços embutiam um bônus de, pelo menos, 50%. Conforme resume Oi (2008), não foram os livres

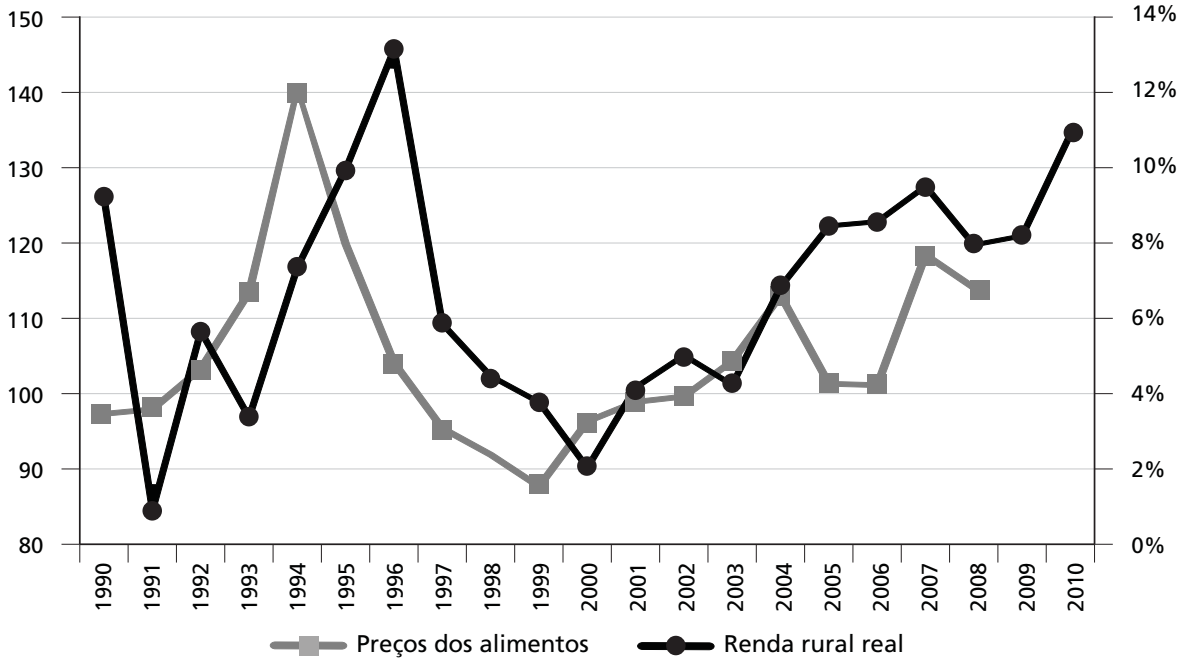
mercados que garantiram o impulso extraordinário na produção agrícola nos anos iniciais da reforma, mas a interferência ativa estatal, que garantia a compra de todos os grãos produzidos a um preço alto, especialmente se os preços oferecidos pelo mercado não fossem atrativos.

A partir de 1985, no entanto, o governo anunciou a abolição do sistema unificado de cotas e a adoção de um sistema de contratos para grãos e algodão, e as quedas na produção e na renda foram automáticas. No lugar das cotas compulsórias, foram assinados contratos prévios e voluntários de venda. Uma vez que as metas contratadas previamente fossem atingidas, os agricultores poderiam vender seu excedente no mercado ou tentar negociar novos contratos com o Estado. Com esta nova política, o Estado continuava garantindo preços altos apenas para a produção contratada previamente, e os agricultores não mais tinham a garantia de preços elevados para a produção acima do contratado. O resultado, além da queda na renda dos agricultores, foi uma retração importante na produção de grãos de 1985, que registrou um recuo de 25 milhões de toneladas em relação ao ano anterior.

A presença das agências estatais no comércio de grãos e a importância das cotas significam que os controles sobre os preços dos bens agrícolas continuaram sob diferentes formas nas décadas seguintes.[14] O governo mantém o princípio estratégico de garantir, com a produção nacional, o abastecimento mínimo de grãos, reduzindo a vulnerabilidade do país às sanções externas em caso de conflito internacional. De fato, o país tem conseguido manter a produção *per capita* de grãos acima de 350 kg todo ano desde 1982 – com exceção de 2003. Ao manter os limites às importações de grãos, as políticas nacionais de preços ganharam influência fundamental no nível de renda rural, e refletem o cabo de guerra entre a manutenção de preços baixos dos alimentos nas cidades e a elevação do padrão de vida no campo (KEIDEL, 2008, p. 2; 2007, p. 66-67). O controle sobre os preços dos alimentos na segunda metade da década de 1990, ao mesmo tempo que tornou a reforma urbana possível (incluindo as privatizações e o aumento do desemprego e da informalidade), implicou um atraso no desempenho da renda rural se comparada à urbana e um ritmo errático de redução da pobreza nos anos 1990. Os ciclos na produção de grãos na China respondem, facilmente, a tais políticas de preços e de subsídios, e o impacto destas variações cíclicas na renda rural tem sido forte (gráfico 6).

14. Ver Keidel (2007) para detalhes.

GRÁFICO 6
Preços dos alimentos e renda rural real



Fonte: China (vários anos) e banco de dados China Comprehensive Statistical Data.
Obs.: 1. Alimentos incluem grãos, óleos vegetais, carnes, ovos, produtos aquáticos, frutas e vegetais.
2. Variação dos preços dos alimentos (eixo da esquerda) – ano anterior = 100.
3. Variação da renda deflacionada pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC) rural (eixo da direita) – preços de 2008.

O ponto relevante é que os preços em alta dos bens agrícolas mostraram uma capacidade importante para estimular a produção e aumentar a renda rural agrícola. A China encontrou, logo no início das suas reformas, uma forma eficiente para atingir ambos os objetivos (aumentar a produção agrícola e a renda do camponês) via preços favoráveis à agricultura, conforme já resumiu antes Oi (1989), garantindo efeito extraordinário sobre a redução da pobreza. O efeito de tal política sobre a desigualdade, como era de se esperar, também é forte, conforme mostra a correlação positiva entre a queda das desigualdades e a alta dos preços dos bens agrícolas (RAVALLION e CHEN, 2007). As políticas de preços em alta pagos ao agricultor, entretanto, não tiveram vida longa na história reformista chinesa, e ficaram circunscritas a três períodos pontuais (1979, 1994 e 2007).

Nos anos recentes, o governo central deu início a mudanças importantes na política fiscal no sentido de buscar promover mais equidade entre zonas rurais e urbanas e aliviar os impostos sobre agricultores, uma forma de reagir à escalada nos conflitos sociais no interior do país. Em paralelo à extinção das taxas escolares para os primeiros nove anos de educação compulsória (e gratuita desde 2007) nas zonas rurais e à criação de um seguro de saúde coletivo (iniciado em 2003), três anos antes do cronograma, em 2006, o governo central anunciou a extinção do imposto agrícola, um dos pilares da construção do "interior socialista".

O impacto sobre a renda do agricultor, especialmente entre os estratos mais pobres, parece ter sido relevante, especialmente porque o sistema tornou-se menos regressivo e atingiu resultados relevantes no incremento da renda dos grupos inferiores da estrutura distributiva.[15] Para financiar a eliminação do imposto agrícola e a redução na arrecadação, o orçamento central tem expandido expressivamente suas transferências líquidas, que saíram de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997 para 7% do PIB em 2009.[16] Estes são indícios importantes de reversão do padrão identificado para os anos 1990.

Como será visto na seção 4 deste artigo, as consecutivas altas nos preços dos bens-salário (em 2004, 2007, 2008 e 2010), em conjunto com a abolição dos impostos, parecem ser os principais elementos por trás do recuo na oferta de trabalhadores migrantes e dos aumentos salariais expressivos na costa a partir de 2008. Conforme resume Hung (2009),

> da mesma forma como a oferta ilimitada de trabalho na China foi mais uma consequência de políticas públicas que uma condição natural do seu desenvolvimento, a chegada do "*Lewisian Turning Point*" foi mais o resultado das tentativas do Estado de reverter a ênfase urbana anterior que um processo liberado pela mão invisível do mercado.

3.2 Heterogeneidade setorial e distribuição de renda nacional

Desde 2004, quando a distribuição de renda nacional parece, segundo alguns indicadores, ter assumido um padrão de relativa estabilidade, a heterogeneidade setorial da economia chinesa começou a recuar. Como se argumentou, o contraste entre o nível de produtividade agrícola com a produtividade industrial tem sido uma das bases essenciais da crescente concentração da renda. O conceito clássico de heterogeneidade estrutural de Anibal Pinto sugere a existência de desníveis ou descontinuidades radicais de produtividade *per capita* entre as camadas "primitivas", "médias" e "modernas" da estrutura produtiva dos países industrializados da América Latina. A análise dos autores para a China não vai além da observação setorial (secundário *versus* primário), mas se permite observar a mudança radical de um país que sai de um patamar razoavelmente homogêneo, em termos de produtividade setorial, para um padrão com desníveis equivalentes ao latino-americano.

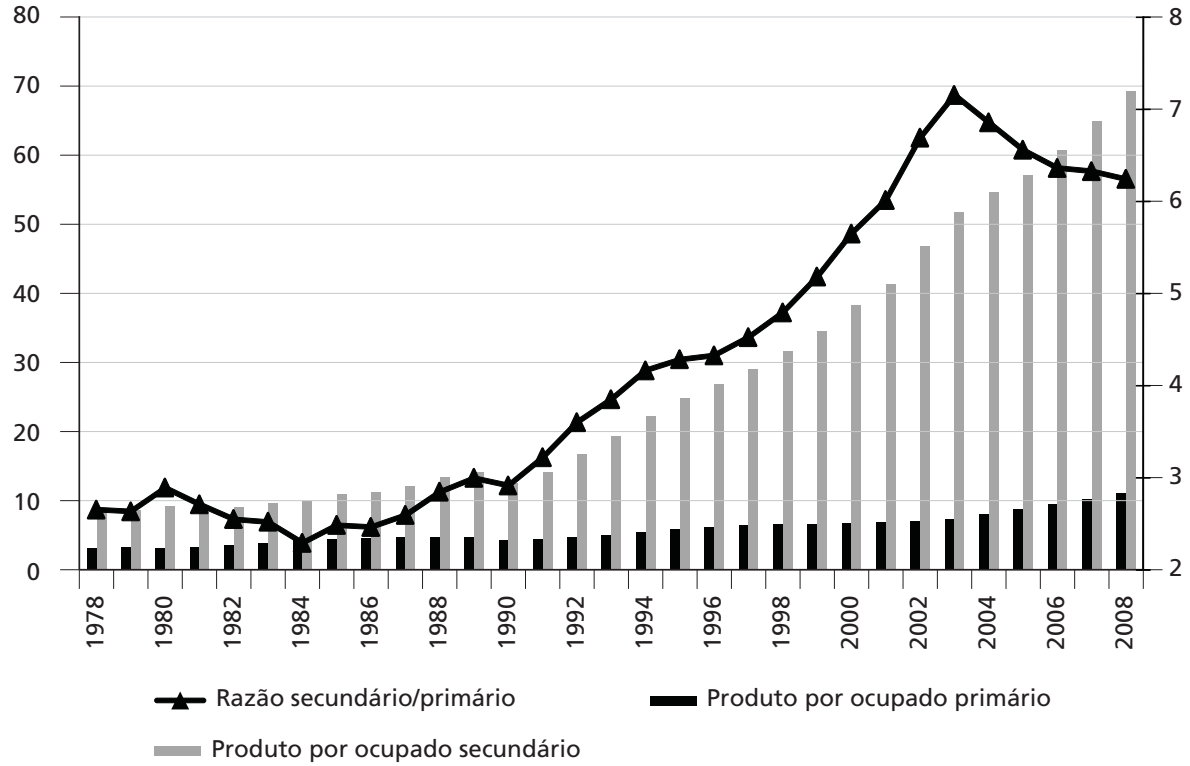
A razão entre a produtividade primária e secundária, expressa no gráfico 7, uma *proxy* para a heterogeneidade setorial chinesa, mostra que, na breve década de 1980, a redução da heterogeneidade foi acompanhada de melhora na distribuição

15. Em 2000, antes da reforma, os impostos rurais representavam 17,3% da renda bruta dos agricultores entre os 25% mais pobres, ao passo que entre os 25% mais ricos, os impostos rurais consumiam apenas 3,7% da renda. Após a reforma, em 2004, com a extinção do imposto sobre a agricultura e outras taxas, os impostos rurais entre as famílias entrevistadas representavam, respectivamente, 3,5% e 1,9% da renda destes dois grupos (Tao e Qin, 2007, p. 27).

16. A questão que se abriu na estrutura fiscal chinesa passou a ser a da relação centro-local. Em 2008, o déficit fiscal dos governos provinciais estava em RMB 2 trilhões. O debate nacional parece dividir-se entre a necessidade de aumentar a responsabilidade do centro nos gastos com bens públicos e descentralizar a arrecadação. Ver Wong (2010).

da renda. O período de piora distributiva é exatamente o mesmo do aumento da heterogeneidade. Por fim, a estabilidade dos indicadores de distribuição coincide com a fase de redução da heterogeneidade setorial. Entre 1978 e 1984, o ritmo mais acelerado de crescimento da produtividade primária fez que a relação de produtividade secundária *versus* a primária caísse de 6,93 vezes para 4,32 vezes, a segunda menor distância em 30 anos de reformas. Na segunda metade da década de 1980, a distância entre os dois setores fica razoavelmente estável, chegando ao mínimo de 4,28 vezes em 1990, para, a partir de então, ingressar em um processo rápido de distanciamento. Entre 1990 e 2003, a distância entre a produtividade primária e secundária sobe de 4,28 vezes para 7,16 vezes, estabelecendo-se como um dos elementos fundamentais na expansão do *gap* de renda urbano/rural durante o mesmo período. A melhora na relação de produtividade entre os dois setores, mais favorável ao primário a partir de 2004, caiu para 6,24 vezes em 2008. Esta melhora será um dos componentes responsáveis pela estabilização da relação de renda urbano-rural a partir do mesmo período.

GRÁFICO 7
Heterogeneidade setorial: produtividade real do trabalho nos setores primário e secundário



Fontes: China (vários anos) e banco de dados China Comprehensive Statistical Data, para dados antes de 1985.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Em mil yuan, com preços constantes de 2008.
Obs.: 1. O setor primário inclui agricultura, pecuária e floresta. O setor secundário inclui manufatura, produção e oferta de eletricidade, gás e água, mineração e construção.
2. Produto por ocupado no setor primário (eixo esquerdo).[1]
3. Produto por ocupado no setor secundário (eixo esquerdo).[1]
4. Relação entre os setores secundários e primários (eixo direito).

Também na China, há uma correlação explícita entre desigualdades de renda e heterogeneidade setorial. Quanto maior a distância entre o setor secundário e o setor primário, em termos de produtividade do trabalho, maior a desigualdade nacional. Na primeira metade da década de 1980, o leve recuo neste diferencial de produtividade foi acompanhado por um Gini nacional em baixa. A partir de meados dos anos 1980 até os primeiros anos da década atual, tanto a heterogeneidade da estrutura produtiva quanto das desigualdades crescem exponencialmente. Se os preços apenas não se sustentam como política de longo prazo para elevar a produtividade nominal do setor primário, a redução das desigualdades exige mecanismos de elevação da produtividade real dos setores da camada mais atrasada. Entretanto, conforme se investigou em outros trabalhos,[17] os investimentos públicos e as políticas fiscal e de crédito na China tiveram um viés bastante voltado para as zonas urbanas, especialmente para as grandes cidades da costa, nos anos 1990.

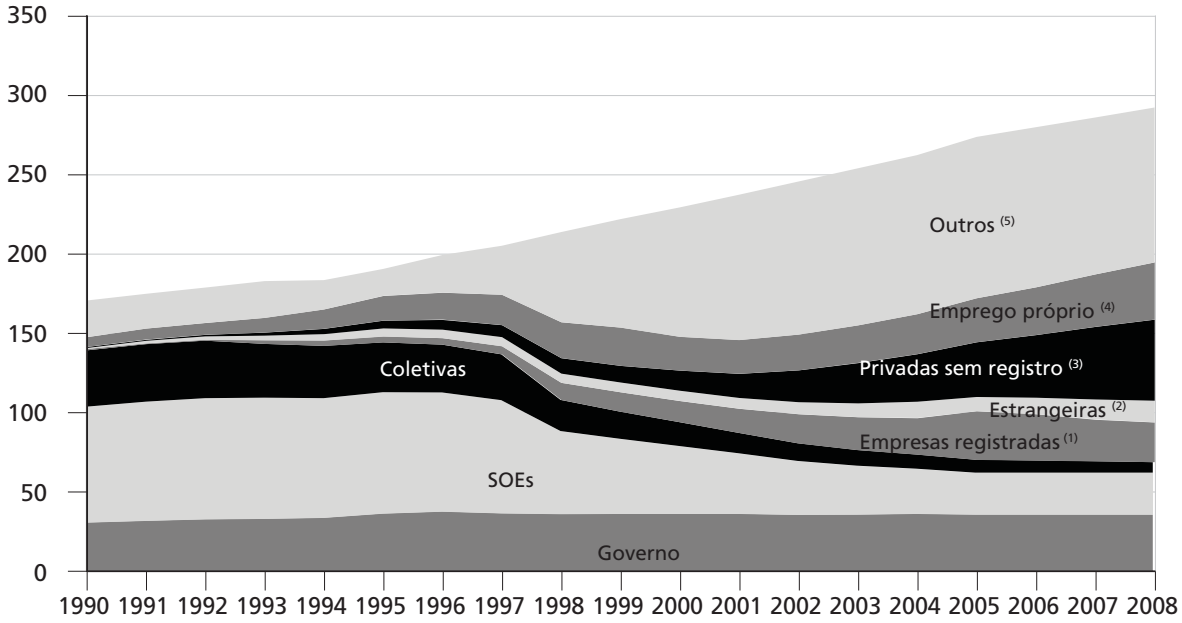
4 A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO PÓS-1990 E MIGRAÇÃO

A forte segmentação do mercado de trabalho urbano a partir da década de 1990 tornou-se, em conjunto com a heterogeneidade setorial e com o *gap* urbano-rural, outro pilar fundamental da piora distributiva chinesa nas últimas décadas. A maior mudança institucional do mercado de trabalho chinês (ou o *big bang* das reformas) veio em meados dos anos 1990 com o processo de desmonte do *danwei,*[18] privatizações e demissões em massa no setor público. Tudo acompanhado pelo movimento crescente (e até então novo) de migração. Em 1994, a "tigela de ferro onde todos comiam juntos" é formalmente quebrada, e os trabalhadores foram recategorizados em contratos com prazos definidos. Entre empresas estatais e coletivas, o número de chineses demitidos entre 1993 e 2004 é impressionante: mais de 50 milhões. Nos quatro anos mais intensivos (1996-1999), a média de demissões foi de 7 milhões de pessoas ao ano. Em conjunto, os três formatos públicos de empresas (estatais, TVEs e coletivas urbanas) reduziram sua fatia no emprego urbano total de 81,5% em 1990 para 23,5% no final da primeira década do novo século.

17. Ver Morais (2011, cap. 4).

18. Unidade de trabalho, na tradução literal, representando o antigo sistema planificado de alocação do trabalho que garantia emprego vitalício a todos, mas que, por seu turno, era caracterizado por uma imobilidade dos trabalhadores quase total.

GRÁFICO 7
Emprego urbano pós-1990 segundo regime de propriedade
(Em milhões de pessoas)



Fonte: Naughton (2007, p. 190) e China (vários anos).
Notas: [1] Empresas registradas: incluem as empresas registradas como limitadas, *joint-ventures* e de capital aberto.
[2] Estrangeiras: empresas de capital estrangeiro e de Hong Kong, Macau e Taiwan.
[3] Privadas sem registro: pequenos e médios negócios de capital chinês.
[4] Emprego próprio (*self-employed*): segundo definição do Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS), indivíduo com registro urbano de moradia ou "que tenha residido na zona urbana há muito tempo" e com permissão para desenvolver atividades comerciais ou industriais próprias ou para prestar serviços individuais.
[5] Outros: não está empregado em nenhum tipo de empresa, organização ou entidade registrada. Cálculo residual baseado no censo demográfico. Em sua maioria, trabalhadores migrantes sem registro.

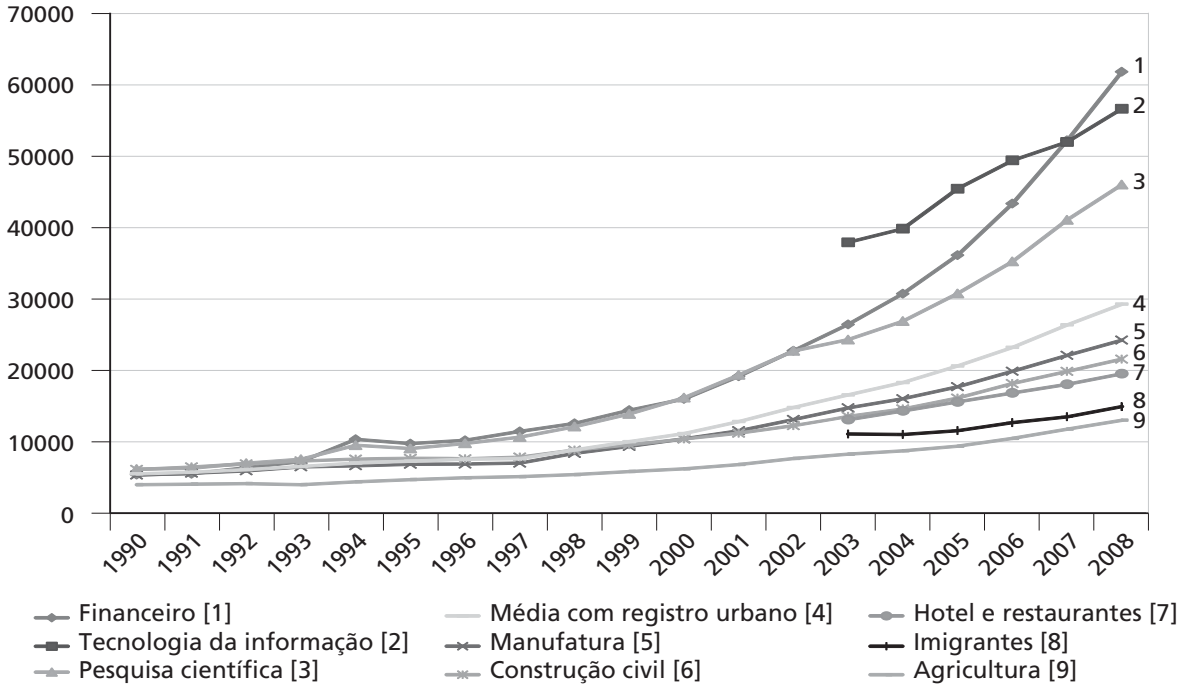
O principal resultado desse *big bang* no mercado de trabalho foi o crescimento expressivo do emprego informal nas regiões urbanas, que chega a quase metade do emprego urbano. O governo chinês não dispõe de uma definição própria para o setor informal da economia, portanto os pesquisadores fazem seus cálculos próprios. Assumindo uma perspectiva conservadora e considerando trabalho informal apenas aquele que aparece sob a categoria de "outros"[19] e "emprego próprio" para zonas urbanas nos anuários do NBS, a fatia do emprego informal passa de 17% em 1990 para 46% do emprego urbano em 2008. O discurso oficial chinês é de que as privatizações tiveram impacto suave sobre a condição de vida dos trabalhadores, dado que dois terços dos demitidos pelas empresas estatais e coletivas encontraram novos postos de trabalho graças ao dinamismo da economia. Mas o que de fato a maioria encontrou foi, acima de tudo, algum quebra-galho no setor informal.

19. Os "outros" são trabalhadores captados pelo censo populacional que não estão envolvidos em nenhuma forma registrada de trabalho. Formalmente, para as secretarias de trabalhos das suas cidades, eles não existem. Em Pequim, por exemplo, eles são os numerosos ambulantes de calçadas, vendedores de alimentos nas ruas, donos das barraquinhas que consertam roupas e bicicletas, babás e trabalhadoras domésticas, e aqueles que transformam suas residências em pequenas lojas de comida, roupas e utensílios. A maior parte é composta de migrantes vindos das zonas rurais e ainda não possui registro.

Chegou-se, portanto, ao final da década de 1990 com o mercado de trabalho chinês cada vez mais parecido com a tipificação dos países subdesenvolvidos populosos: grande fatia de emprego informal, sua maioria de baixa produtividade, baixos salários e com rede precária de proteção social, de um lado, convivendo com as ilhas capitalistas de produtividade e com salários mais elevados, de outro. Tal como se argumentou nas seções anteriores, a expansão da informalidade é uma base essencial da desigualdade de renda, um fenômeno relativamente recente na China.

O que caracteriza o mercado de trabalho chinês é sua dispersão salarial fundamental se dar entre o universo dos trabalhadores formais com registro urbano de moradia e melhor qualificação *versus* os migrantes sem registro, com baixa qualificação e vinculados ao amplo setor informal. A dualidade fundamental do país, expressa no *gap* de renda e de serviços públicos urbano-rural, reproduz-se no microcosmo do mercado de trabalho urbano nos *gaps* entre moradores urbanos *versus* migrantes sem registro, e no trabalho qualificado *versus* o não qualificado. O gráfico 8 mostra um crescimento real expressivo dos salários urbanos dos setores formais na última década, mas estes dados *não* captam as remunerações da maioria dos trabalhadores migrantes sem registro, assinaladas separadamente.[20] A remuneração média do migrante sem registro em 2008 – RMB 13.872 – era menos da metade daquela conseguida, na média, por um trabalhador com registro urbano, representando 47,5% do salário médio urbano.

GRÁFICO 8
Salários por setor/ramo de atividade e migrantes sem registro
(Em yuan, média anual)



Fonte: China (vários anos) e Knight, Deng e Li (2010) para dados sobre migrantes.

20. Para uma discussão sobre as limitações dos dados oficiais sobre salários na China, ver Morais (2011, p. 136-137).

O migrante sem registro urbano é uma classe muito particular e numerosa na estratificação social chinesa. São muitos os trabalhadores migrantes vivendo sem registro nas cidades chinesas no final da primeira década do século – as diferentes estimativas oscilam em torno de 170 milhões de pessoas. Eles ocupam o mais baixo nível da hierarquia de classes urbana em inúmeros aspectos: rendimento, educação, serviços públicos, moradia e sociabilização. Não é todo migrante que vive sem registro. A condição é válida, especialmente, para os não qualificados que trabalham em fábricas, restaurantes, canteiros de obras, serviços de entrega, limpeza doméstica, coleta de lixo, salões de beleza e massagem e bordéis. Ao contrário dos migrantes qualificados, que saem das suas cidades no interior para estudar nas universidades e para ocupar postos de trabalho qualificados, e, facilmente, alteram seu *hukou* (registro de moradia) de rural para urbano, os *waidiren* ("gente de fora") têm muito mais dificuldade em fazê-lo. Eles não apenas compõem o nível mais baixo da hierarquia de remunerações do mercado de trabalho urbano chinês como têm acesso precário a todos os serviços sociais nas cidades, incluindo educação básica para os filhos, serviços de saúde e previdência.

Os migrantes sem registro, segundo as pesquisas empíricas, são jovens, de baixa qualificação e com jornadas de trabalho bem mais extensas que o permitido por lei. Em 2002, segundo levantamento de Li (2008), baseado nos dados do China Household Income Project (CHIP Project), 45% dos migrantes sem registro tinham entre 16 anos e 25 anos. Nacionalmente, segundo a mesma fonte, 30% trabalham na manufatura, 23% na construção civil e 22% em restaurantes, serviços e comércio (os demais aparecem na categoria "outros"). Em termos de educação, 65% tinham concluído apenas o ensino básico (nove anos de ensino obrigatório), contra 12% com o ensino médio completo (12 anos de estudo) e apenas 5% tinham ensino profissional ou acima. O número de horas trabalhadas é maior que o oficialmente permitido e acima da média de trabalho dos moradores urbanos. Oitenta e um por cento trabalhava sete dias por semana (contra cinco dias definidos por lei) e apenas um quarto trabalhava o total de oito horas legais. Trinta e quatro por cento cumpria jornadas diárias de nove horas a dez horas por dia, contra 25% com jornadas entre 11 horas e 12 horas.

Sua ligação com as zonas rurais – seja porque uma parte da família ainda permanece ou porque ainda possui, legalmente, o direito de uso da terra – é muito mais forte que em outros países subdesenvolvidos. Knight e Yueh (2009) concluem que ainda que a competição entre os dois grupos (trabalhadores urbanos com e sem registro) possa estar crescendo, migrantes continuam tendo oportunidades de trabalho limitadas nas empresas formais. Com base em pesquisas qualitativas e entrevistas, os autores detectaram que os dois grupos são substitutos imperfeitos no mercado de trabalho, em larga medida porque os residentes urbanos não aceitam as condições de trabalho dos postos ocupados por migrantes sem

registro. Isto explica o motivo de o comportamento dos salários dos residentes urbanos ter evoluído de maneira razoavelmente descolada dos salários dos migrantes. No caso destes últimos, seu salário depende, mais proximamente, das remunerações possíveis nas zonas rurais. Isto sugere que, em função da precariedade dos mecanismos institucionais de proteção dos baixos salários – como o salário mínimo –,[21] a hipótese de Lewis de que o rendimento no setor de subsistência influencia os salários de base da economia moderna é especialmente forte na China de hoje.

5 SUMÁRIO DAS CONCLUSÕES

Neste artigo, buscou-se oferecer um diagnóstico alternativo às abordagens convencionais que percebem a piora distributiva chinesa como resultado invariável do crescimento econômico ou como resultado de imperfeições no mercado de trabalho. Argumentou-se que a remuneração do trabalhador rural vinculado à agricultura de base, voltada exclusivamente ao mercado interno, influencia diretamente o salário urbano nas atividades informais e indiretamente (em função da maior ou menor institucionalização das relações de trabalho) sobre os salários do setor moderno. Portanto, a distribuição de renda em geral tende a melhorar quando a produtividade e a renda agrícola sobem alinhadas com a produtividade do conjunto da economia ou quando, por meio de preços de transferência, o governo busca compensar este diferencial.

Assim, o grau de desenvolvimento do universo agrícola na China é um dos determinantes fundamentais do perfil distributivo do país. Observou-se que o contraste entre o nível de produtividade agrícola com a industrial foi uma das bases essenciais da intensa concentração de renda até meados dos anos 2000. A relativa estabilidade nos indicadores de distribuição nos últimos anos, por seu turno, é uma resposta à redução na heterogeneidade setorial desde então.

O reflexo no mercado de trabalho urbano destas descontinuidades entre as camadas produtivas é especialmente evidente no caso chinês por conta da radical segmentação – em termos de remunerações, qualificações e de condições de vida – entre o trabalhador com registro urbano e o migrante sem registro. A vinculação

21. O salário mínimo (SM) nasceu em 1994 na China, mas era praticamente ignorado nacionalmente. Foi em 2004 que o Ministério do Trabalho e Emprego introduziu regulações a fim de tentar tornar o SM efetivo. Definiu-se, naquele ano, uma complicada política de reajuste que passou a elevar o SM pelo menos a cada dois anos, segundo métodos distintos e escolhidos pelas próprias províncias. As características fundamentais do SM na China são, portanto: *i)* seu elevado grau de variação nacional; e *ii)* o fato de os migrantes sem registro serem pouco afetados. Em 2009, os SMs variavam de RMB 1 mil a RMB 580 por mês dependendo da província. Esta alta variação e os mecanismos locais de reajuste fazem, evidentemente, que o impacto da política de SM não seja uniforme nacionalmente. No que se refere aos migrantes sem registro, além de as indústrias ou serviços classificados como "emprego próprio" e "outros" não sofrerem fiscalização trabalhista, parece ser relevante a fatia de trabalhadores que ganham abaixo do mínimo também entre as grandes empresas de capital estrangeiro e *joint-ventures*. As greves de 2010 no Sudeste da China mostraram que um dos mecanismos mais corriqueiros das grandes empresas é registrar os trabalhadores migrantes como *trainees*, para os quais não há SM exigido.

deste último com o universo rural é ainda mais forte na China que em outros países em desenvolvimento por conta da manutenção do *hukou* rural. Desse modo, a elevação dos salários de base e a melhora distributiva no país passam, necessariamente, pela modernização rural e pelo incremento dos rendimentos no campo.

REFERÊNCIAS

CHEN, Z.; ZHOU, Y. **Income distribution during system reform and economic development in China**: the status and trend of income inequality of Chinese residents. Nova York: Nova Science Publishers, 2005.

CHEN, J. *et al*. **The trend of the Gini coefficient of China**. Manchester: Brooks World Poverty Institute/University of Manchester, Jan. 2010. (Working Paper Series, n. 109).

CHINA. National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook**. Beijing: Statistics Press, vários anos. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/#>.

GALBRAITH, J. Inequality and economic and political change: a comparative perspective. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, 28 June 2010.

HUANG, Y. **Capitalism with Chinese characteristics**: entrepreneurship and the state. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HUNG, H.-F. America's head servant? The PRC's dilemma in the global crisis. **New Left Review**, n. 60, p. 5-25, 2009.

KHAN, A.; RISKIN, C. Inequality and poverty in China in the age of globalization. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KEIDEL, A. **China's economic fluctuations**: implications for its rural economy. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2007. (Final Report).

_____. **China's economic rise**: fact and fiction. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2008. (Policy Brief, n. 61).

KNIGHT, J.; YUEH, L. Segmentation or competition in China's urban labour market? **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, p. 79-94, 2009.

KNIGHT, J.; DENG, Q.; LI, S. **The puzzle of migrant labour shortage and rural labour surplus in China**. Oxford: Department of Economics/University of Oxford, 2010. (Discussion Paper Series).

LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School of Economics and Social Studies**, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

_____. **The evolution of the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

_____. The dual economy revisited. **The Manchester School of Economics and Social Studies**, v. 47, n. 3, p. 211-229, 1979.

LI, S. **Rural migrant workers in China**: scenario, challenges and public policy. Geneva: Policy Integration and Statistics Department; International Labour Office, 2008. (Working Paper, n. 89).

LOPEZ, J. Income distribution in Latin America: theoretical considerations and Mexico's experience. **Économie Appliquée**, v. 58, n. 3, p. 81-104, 2005.

LU, D. Rural-urban income disparity: impact of growth, allocative efficiency, and local growth welfare. **China Economic Review**, v. 13, p. 419-429, 2002.

MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 24, p. 238-257, 2004.

MORAIS, I. **Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mar. 2011.

NAUGHTON, B. **The Chinese economy**: transitions and growth. Cambridge: MIT Press, 2007.

OI, J. **State and peasant in contemporary China**: the political economy of village government. Berkeley: University of California Press, 1989.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A verdadeira riqueza das nações**: caminhos para o desenvolvimento humano. 2010. (Relatório de Desenvolvimento Humano). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/pt/>.

PINTO, A. Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural' da América Latina. *In*: BIELCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2.

RAVALLION, M.; CHEN, S. How have the world's poorest fared since the early 1980s? **World Bank Economic Observer**, v. 19, n. 2, p. 141-169, 2006.

_____. China's (uneven) progress against poverty. **Journal of Development Economics**, v. 82, p. 1-42, 2007.

RANIS, G.; ORROCK, L. Latin American and east Asian Nics: development strategies compared. *In*: DURÁN, E. (Ed.). **Latin America and the world recession**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RISKIN, C. **China's Political Economy**: the quest for development since 1949. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RISKIN, C.; ZHAO, R.; LI, S. **China's retreat from equality**: income distribution and economic transition. Armonk: M.E. Sharpe, 2001.

SERRANO, F.; MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 2, p. 238-256, 2004.

TAO, R.; QIN, P. How has rural tax reform affected farmers and local governance in China? **China & World Economy**, v. 15, n. 3, p. 19-32, 2007.

WAN, G. **Inequality and growth in modern China**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WANG, X. **Income inequality in China and its influencing factors**. WIDER-UNU/United Nations University, Nov. 2006. (Research Paper, n. 2006/126).

WONG, C. Fiscal reform: paying for the harmonious society. **China Economic Quarterly**, v. 14, n. 2, p. 20-26, 2010.

WORLD BANK. **World development indicators**. [s.d.]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>. Acesso em: jan. 2011.

XIA, Q. **The pattern and evolution of poverty in rural China**: 1988-2002. Peking University, 2009. (Research paper from the School of Economics).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, C. China entre os séculos XX e XXI. *In*: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O ciclo recente de crescimento chinês**: rivalidade e complementaridade com a economia americana. *In*: SEMINÁRIO BRASIL-FRANÇA, Rio de Janeiro, UFRJ, 5-6 out. 2009.